

FICÇÕES TECNOLÓGICAS, POLÍTICAS ONTOLÓGICAS: DANIEL GALERA E ISABELLE STENGERS

Technological fictions, ontological politics: Daniel Galera and Isabelle Stengers

Victor Calcagno¹

<https://orcid.org/0009-0003-5272-6591> 

¹Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 22451-900 – posgraliteratura@puc-rio.br

Resumo: A partir da novela “Tóquio” (2021), de Daniel Galera, o artigo investiga os desdobramentos de ontologias tecnológicas tendo como base o pensamento de Isabelle Stengers desenvolvido em *The challenge of ontological politics*. Com destaque, a narrativa centra a investigação ontológica em seres criados fora dos moldes biológicos tradicionais, ou formas de inteligência artificial, e sua pretensão à humanidade. O cenário específico colocado pelo escritor via ficção especulativa trabalha dilemas éticos que podem ser ligados às questões do texto de Stengers, sobretudo quando se considera a extensão do conceito de humanidade e as consequências do discurso científico moderno. Ontologia e ficção se unem numa investigação que tem por fio condutor aquilo que deve ou não ser considerado humano num cenário em ruínas pela divisão entre natureza e cultura. A aproximação dos dois autores aponta para a necessidade de situar as discussões sobre tecnologia e humanidade dentro do escopo da crítica às ciências e da possível empatia por novos mundos.

Palavras-chave: Daniel Galera; Isabelle Stengers; literatura especulativa; ontologia tecnológica.

Abstract: From Daniel Galera’s novella “Tóquio” (2021), this article discusses the developments of technological ontologies with the help of Isabelle Stengers’ analysis in “The challenge of ontological politics”. Mainly, the novella aims to extends ontological investigation to beings created outside traditional biological schemes, or forms of artificial intelligence and its pretensions to access humanity. The specific context, given by the novelist’s speculative fiction, posits ethical dilemmas that can be linked to Stengers’ text, mainly by arguments about the extension of the concept of humanity and the consequences of the modern scientific discourse. Ontology and fiction unite in an approach that departs from the essential question of whatever can be considered human in a scenario ruined by the nature/culture division. Approximating the two authors points to the needs of situating discussions about technology and humanity in the large scope of the critic towards modern science and the possible empathy for other worlds.

Keywords: Daniel Galera; Isabelle Stengers; speculative fiction; technological ontology.

Matar a mãe

Em *O deus das avencas* (2021), Daniel Galera reúne três novelas que, por mais díspares que sejam em seus desenvolvimentos, personagens e temas específicos compartilham um evidente interesse em comum: o futuro, ou a sobrevivência num dado futuro. Na primeira das narrativas, história que dá título ao livro, um jovem casal brasileiro

tenta se isolar da internet e de seus familiares enquanto seu primeiro filho está para nascer às vésperas das eleições presidenciais de 2018, uma tentativa falha de proteção e comedimento que só encontra saída quando ambas as esferas, pessoal e política, enfim, se unem na conclusão do texto. Na terceira e mais fantástica das novelas, “Bugônia”, um grupo de sobreviventes, num cruel mundo pós-apocalíptico e distante no futuro, formam uma espécie de aldeia e seita religiosa, até que se veem ameaçados pelo surgimento de um forasteiro que desequilibra seu tradicional cotidiano baseado na convivência ritualística com abelhas. Em ambas as narrativas, a sobrevivência num dado porvir aparece como condição ameaçadora e de difícil acesso, seja pelo que esse mesmo futuro pode ser ou pelo que já se tornou: uma realidade construída por previsões que, de imediato, desequilibram-se, apontando para grandes mudanças. Nesses enredos, personagens estão interessados não tanto em definir, desde já, o que está para acontecer, mas encontrar meios, agora sim imediatamente, de assumir uma posição e se relacionarem com o porvir – em resumo, de fazer da vivência também uma sobrevivência.

Mas se “O deus das avenças” e “Bugônia” tratam essa questão ao focar em dois problemas específicos – crise política e vida num planeta destruído –, a segunda das três histórias, “Tóquio”, aproxima-se da mesma relação entre futuro e sobrevivência ao complexificar dinâmicas da ciência tecnológica e da ontologia. Num cenário cronologicamente próximo, em que só muito recentemente a humanidade precisou se adequar de forma drástica às mudanças climáticas, pandemias e escassez de recursos, ainda reverbera a sensação de que os erros do passado estão frescos, são visíveis e não intuem novas alternativas. O maior deles, em que a novela escolhe se aprofundar, está numa espécie de inabalável fé na tecnologia e sua capacidade de alargar os limites humanos. Em resumo, esta desenvolve-se na ideia de que: a relação entre humanos e máquinas deveria sempre pautar a relação com o mundo; de que seria essa mesma relação que resolveria os problemas criados pela própria tecnologia; de que progresso humano e desenvolvimento tecnológico são equivalentes; de que só a ciência é capaz de dar as respostas certas aos mistérios da natureza; de que questionar a marcha dessa mesma ciência é um desserviço à humanidade e prejudica a todos, sem exceção.

No ambiente da trama, as consequências dessa fé inabalável são aprofundadas pela via específica da ontologia, ou o discurso que investiga definições essenciais sobre o ser, as características que o delimitam e a forma que se manifesta. No sentido tradicional do termo, em sua acepção sobretudo aristotélica, define-se a ontologia como área da metafísica responsável por investigar a condição dos entes e sua classificação em categorias, de modo que a ideia de existência aparece em primeiro plano e define em grande parte os interesses do campo. Ser, existir e conhecer são concepções que se juntam numa análise que deseja abarcar não só o cenário diretamente sensível, como também o que escapa dessa definição. Mas foi sobretudo pela ligação com o intelecto humano e sua capacidade de conceber diversos mundos que a ontologia se consolidou com maior força a partir da experiência antropocêntrica e definiu contextos possíveis por aquilo que parte,



em primeiro lugar, da percepção humana (Audi, 2015).

Na novela, interessa o problema daquilo que deve ou não ser entendido como “humano” e “humanidade” quando essas ideias, já bastante convulsionadas, se misturam e se modificam pela tecnologia que cria entes artificiais e propõe novas formas de relacionamento a partir deles. Mais ainda, interessa ao enredo e suas variadas cenas, personagens e diálogos, observar as complicações surgidas na extensão da ideia de humano em termos bastante práticos, ou na estranha relação entre um protagonista de carne e osso e sua mãe transmutada em dados digitais.

Dá-se o nome de virada ontológica à movimentação filosófica que, desde fins do século XX, rebate o antropocentrismo ontológico e sua visão de mundo definida por uma estreita concepção de humanidade, o que se deu, sobretudo, a partir de uma extensa crítica ao discurso científico moderno. Nesse cenário, interessa pensar realidades que partem de seres outros-que-humanos e estendem a eles diferentes concepções de humanidade, tudo enquanto procura-se considerar humanos e não humanos em suas especificidades, evitando hierarquias pré-estabelecidas. O chamado pós-humanismo, surgido desse contexto, envolve não apenas os seres ditos naturais e suas realidades específicas (animais, vegetais e minerais), mas também os produtos da tecnologia em sua relação com o mundo – o que se agrava numa época, o Antropoceno, em que o planeta é definido e ameaçado pelos usos humanos de recursos maquímicos (Braidotti; Hlavajova, 2018). Em “Tóquio”, a extensão do conceito de humanidade é apresentada pelo chamado transumanismo, ou o uso da tecnologia para alargar as condições do corpo humano e possibilitar um estado em que ele e máquina não podem ser claramente distinguidos, motivo central da trama.

O cenário é posto, no início da novela, por uma reunião em que estão presentes, como num encontro de terapia em grupo, vítimas de uma das tecnologias identificadas na trama pela área das “pós-humanidades”: a digitalização de cérebros ou transposição da consciência para máquinas. Como procedimento já abandonado por conta de falhas técnicas elementares e escassez de materiais (ou apenas porque “não dava certo”, como diz um dos personagens), empresas prometiam transferir completamente a atividade cerebral de humanos para outros dispositivos, fossem eles androides hiper-realistas ou simples caixas de som. O processo extremo e dispendioso, empreendido oficialmente apenas por bilionários entusiastas ou clandestinamente por aventureiros, tinha por objetivo uma espécie de imortalidade. Complica essa relação o fato dos repositórios usados nas digitalizações, dispositivos genericamente chamados de “pupa”, não terem vida autônoma e serem ligados ou desligados indefinidamente, como qualquer outro aparelho eletrônico, quando quiserem seus guardiões. São eles pessoas previamente designadas, com ou sem consentimento, pelo próprio humano cujo cérebro foi escaneado e transferido.

Todos os participantes no encontro da Associação de Pesquisas e Práticas em Pós-Humanidades (APPPH) são guardiões que, condenados a viver com a pupa de familiares ou pessoas próximas, não sabem ao certo como essa relação deve proceder. Entre os



problemas relatados estão o reconhecimento ou não de um “dever ético” como guardião, os sentimentos trazidos à tona ao acionar esses dispositivos, a vontade de se ver livre deles e os problemas técnicos que essa tecnologia carrega, como “bugs” e demais incoerências. Mais destacada, a questão latente a todos, e expressa pelo protagonista desde os primeiros momentos da narrativa, é se o equipamento em formato oval com as memórias de sua mãe, dispositivo que ao ser ligado é capaz de responder, pensar e expressar sentimentos exatamente como ela faria, é mesmo sua mãe ou apenas uma fria e quase perfeita reprodução executada por softwares. Sem meias palavras, o desejo relatado pelo narrador-protagonista na chegada ao grupo terapêutico dá conta das contradições que envolvem esse impasse e sua aparente resolução: “E, olhando para o Terapeuta com uma intensidade que deve ter traído toda a minha insegurança, acrescentei que meu propósito, como ele e os demais já deviam suspeitar, era matá-la” (Galera, 2021, p. 63).

“Matar”, nesse contexto tecnológico de escaneamento cerebral, explica então o Terapeuta, tem outros sinônimos, tais como “formatar”, “apagar”, “sepultar”, “pôr para descansar”, “suspender”, “desligar”, “libertar”. Se estes são verbos que podem variar entre uma designação técnica ou humanizada, o personagem observa ainda que, ao chamar seu dispositivo de “minha mãe”, o protagonista considera minimamente uma ressonância entre o objeto oval e a mulher que o trouxe à vida – relação que leva em conta, mesmo em base inconsciente, diferentes formas de existir. É lidar com essa incerteza que move os guardiões que participam do encontro, pressionados entre honrar o desejo de suas pupas e estender a elas uma condição de humanidade ou recusar qualquer intersecção entre os dois mundos e desprezar o que sobrou dos entes queridos, agora feitos programas de computador.

De modo análogo, interessa saber até que ponto vai a fé no que a tecnologia proporcionou, seus progressos e decepções num mundo já superaquecido e em grande parte devastado, onde as mesmas empresas responsáveis pelos procedimentos de digitalização de cérebros não podem mais ser consultadas, já falidas e inexistentes. Na reunião terapêutica da APPPH, está clara a ideia de que não há maneira certa de lidar com esse problema e nenhum dos guardiões encontrará uma atitude completamente coerente para tratar seus dispositivos, quer os encarem como pessoas ou como brinquedos. Também está claro que nenhuma das pessoas presentes na reunião está feliz em ter de escolher entre os dois caminhos, noções que transparecem na fala do Terapeuta:

“De todo modo”, continuou o Terapeuta, “eu quero que você entenda que não há base teórica bem desenvolvida ou mesmo um conjunto de premissas consolidadas para que julguemos a relação de cada guardião com a sua cópia. A história que cada um teve com a pessoa escaneada, a morfologia do artefato que abriga a cópia e a relação desenvolvida até o presente entre o guardião e essa cópia, tudo isso faz com que cada caso precise ser conhecido e investigado quase do zero, embora algumas considerações gerais possam, evidentemente, ser úteis.” Eu falei que entendia. “Não há uma definição geral satisfatória para isso que você chamou de sua mãe”, disse o Terapeuta. Eu repeti que entendia (Galera, 2021, p. 65).



De maneira distendida e com as características da ficção, sobretudo quando o enredo envolve elementos da chamada ficção científica e especulativa, a pergunta de Galera em “Tóquio” apresenta, com as especificidades de escaneamentos cerebrais, pupas e um planeta superaquecido, discussões diretamente ligadas ao Antropoceno. Elas tratam, via personagens condenados pela tecnologia, de questões pertencentes à filosofia da ciência e suas mais imediatas reverberações na atualidade: a presumida neutralidade do conhecimento científico; os danos causados às diversas existências pela ideia única de progresso intelectual e material; o reconhecimento e consideração desses outros seres, cosmologias e respostas; a falta de referenciais para abarcar esses diversos mundos de maneira digna; a necessidade de transformar todas essas dúvidas e demandas em política (Galera, 2019).

No mesmo espírito do que atesta o terapeuta da novela, não há definição geral satisfatória para esses problemas, muito menos posições políticas imediatas que abarquem alteridades étnicas, desastres climáticos e reconsiderações ontológicas de forma claramente eficaz. O que existe, sim, é uma complicação incontornável, uma demanda e uma vontade. Uma situação que passa obrigatoriamente pela questão primeira do que deve ser chamado de humanidade num contexto de escassez e catástrofes em curso. Daquilo que existe em algum nível, está presente e precisa ser levado em conta, quer esses seres desejem ou não se manifestarem. Como atesta o protagonista: “Depois das colocações do Terapeuta, eu já começava a ver as cópias sob um prisma distinto. [...] Nós e eles éramos parte da mesma investigação. Eu continuava convencido de que minha mãe não estava dentro do ovo. Mas quem, ou o quê, estava?” (Galera, 2021, p. 121). O que estava dentro do dispositivo oval, fosse ou não sua mãe, não pode ser ignorado, afinal essas diferentes existências, filho humano e mãe copiada, fazem parte de uma mesma investigação. Ambas interessam na medida em que participam uma da outra, atualizando-se reciprocamente.

Um desafio ontológico

Em *The challenge of ontological politics*, Isabelle Stengers investiga problemas que se ligam a “Tóquio” a partir da crítica à ciência moderna, baseada na noção opaca de objetividade, em contraposição a formas outras de perceber e se situar no mundo. Nesse pensamento, estão associadas intimamente as ideias de ser e conhecer, ou ontologia e epistemologia, na medida em que levar em conta não humanos em toda sua complexidade e maneiras de ser também é examinar os modos em que esses entes participam na constituição do planeta. Dito de outra forma, diferentes ontologias pressupõem diferentes epistemologias e vice-versa (Stengers, 2018b), de modo que o mundo não se configura em matéria “muda”, prestes a ser processada apenas pelas capacidades humanas e suas sistematizações científicas.

O “desafio” (*challenge*) do título diz respeito tanto à definição de uma pretensa política ontológica que leve em consideração essas mudanças estruturais, quanto à sua possível aplicação, dois empreendimentos que já de saída apontam para a improbabilidade



de um desfecho definitivo. Trata-se, antes, de uma proposição. Não de um conceito ou método, com o rigor sistemático dos sistemas filosóficos mais tradicionais, mas de um desejo de se situar, reconhecer e investigar as formas assumidas por seres e saberes espalhados em infinitos mundos. Nas palavras da autora, significa “tomar uma posição” (*taking a stand*) que leve em conta aspectos da ontologia e epistemologia sempre em conjunto. Uma atitude que, em primeiro lugar, não busque apenas “clarear”, decifrar ou traduzir esses diversos entes e suas cosmovisões, mas uma política que de fato esteja ligada a “resistir à atual destruição do nosso mundo” (Stengers, 2018a, p. 86). Em última instância, o que deve ser protegido é a capacidade dos outros falarem por si mesmos, nos seus termos e com suas referências, sem que uma mediação universalizante defina as regras do jogo e nivele a todos sem considerar suas diferenças. Pelo contrário, é preciso apostar nessas diferenças e especificidades sem a esperança de apreendê-las totalmente.

Essa mediação universalizante, em outras palavras, se apresenta mais diretamente pela forma que a ciência moderna e o pensamento ocidental desenvolveram-se desconsiderando a cambiante alteridade de saberes e respostas. Como representante de um saber definitivo, racional e equivalente ao progresso incontornável, as práticas científicas dominantes, expressas com mais potência pela física, detêm a capacidade de decifrar com neutralidade, objetividade e verificação a única realidade possível, muda e passiva, que apenas espera pela chegada de descobridores – a realidade percebida pelos seres humanos racionais. Cabe ao cientista o nobre dever de decifrar o que está escrito no livro da natureza, dar a conhecer seu conteúdo e mecânicas, além de aplicar esses resultados aos outros, tarefa que soa como sinônimo da capacidade intelectual da humanidade. Questionar o conhecimento puro e racional produzido pela ciência, pretensamente apartidária e apenas real, mais que uma atitude que desabilita a todos e oferece riscos ao entendimento das coisas, também é ir contra a própria realidade prática e sensível. Afinal, é suposto que leis da física funcionem em qualquer ponto do universo e duvidar disso é também negar o conhecimento que nos auxilia e serve todos os dias. Mais ainda, questionar o discurso científico é também ser contra a modernidade e o progresso, rumo à época em que explicações eram pautadas pela total ignorância da racionalidade, esta a maior dívida humana.

Mas se essa visão racional pressupõe, em sua defesa, um “abrir de olhos” inevitável para a humanidade, sempre caminhando em frente, está também clara a violência que o mesmo método necessita para funcionar. Afirmar um mundo único e dominar suas regras, trazendo-as na palma da mão, também quer dizer destruir todos os outros, ainda que essa destruição venha pela condescendência e falsa tolerância. Ou ainda, como aponta Stengers, pela ideia de que outros tipos de conhecimento são como sátrapas, entes menores cuja existência depende do pagamento de tributos ao tirano, a ciência moderna.

A chamada “pacificação” empreendida pelo ocidente nesses casos, diz Stengers citando Bruno Latour, apresenta-se como explícita atitude beligerante e policial, disposta a englobar seus adversários em narrativas subordinadas. Essa “máquina hegemônica” só



opera pela constante destruição de ontologias e políticas, de modo que nenhuma paz real é atingida, nem suposta. Para usar um conceito central à autora na caracterização de uma política ontológica, o ocidente não parece interessado nos usos e resultados da “diplomacia” entre infinitas práticas de conhecimento, o que traria os diversos atores para a discussão como condição mínima. Prefere, em seu lugar, apoiar-se num saber que, em nome da racionalidade e do progresso, defina universais como ponto de partida e se apoie neles tanto para uma pretensa defesa do conhecimento, quanto para a negação de outras práticas. Conturbada, essa relação é indicada pela autora ao se referir à chamada Guerra das Ciências nos anos 1990, quando o conhecimento científico foi primeiro questionado nesses termos e, como resposta e defesa, fechou as portas à diplomacia.

Há vinte anos, cientistas travaram uma guerra do tipo contra críticas desconstrutivistas. Mas a “guerra das ciências” não foi travada para defender o compromisso às obrigações ou o modo particular como os cientistas se relacionam com o mundo. Ela foi travada em nome de universais como “razão” ou “o avanço do conhecimento” e, assim, excluíram a possibilidade de diplomacia (Stengers, 2018a, p. 85, tradução nossa).¹

Enquanto “cúmplice de reivindicações e empreendimentos imperialistas”, funcionando como “uma operação de captura” (Stengers, 2018a, p. 86) e sendo um “poderoso protagonista que não merece confiança” (Stengers, 2018a, p. 85), o esforço científico moderno aparece, com clareza, como parte inegável de graves problemas estruturais na relação entre mundo e humanidade. Lembra Stengers, no entanto, que o completo desprezo pela ciência moderna produzida e utilizada diariamente não é atitude eficaz, mas um esvaziado embate maniqueísta que não configura diálogo verdadeiro, nem oferece alternativas. A simples acusação de contradições num cenário que exige mudanças seria a exata negação de uma atitude diplomática que se preocupa em considerar saberes distintos. Não se trata de uma ciência única e homogênea, como o conhecimento científico moderno impõe, mas de diversas ciências pensadas em rede e entendidas como diferentes modos de produzir conhecimento, ideia que a autora batiza de “ecologia de práticas”.

Nesse sistema, as inegáveis diferenças entre as muitas práticas e saberes dispostos em rede estarão presentes o tempo todo, o que não se entende como um atrito definitivo, do tipo que impossibilitaria qualquer interação. Pelo contrário, os conflitos de interesse entre as práticas dispostas à diplomacia, conjunto que Stengers chama de “práticas civilizadas”, envolvem sobretudo a criação de uma “simbiose” dada a “coevoluções”, conexão entre praticantes que se referem e precisam uns dos outros, cada um por suas próprias razões. Em outras palavras: “A forma que práticas divergem entre si caracteriza não suas diferenças, mas a maneira que veem seu mundo, os valores a que seus participantes se

¹ “Twenty years ago, scientists waged such a war against deconstructivist critiques. But the “science wars” were waged not to defend a commitment to obligations or the particular way these scientists engage the world. They were waged in the name of universals such as “reason” or “the advancement of knowledge,” and, as such, they excluded the possibility of diplomacy” (Stengers, 2018a, p. 85). Este e demais trechos reproduzidos do mesmo texto contam com tradução nossa.

comprometem, aquilo que está sendo considerado por eles e o jeito como isso acontece” (Stengers, 2018a, p. 91, tradução nossa).² Essa espécie de constelação não pretende operar como “harmonia estável ou coexistência pacífica” (Stengers, 2018a, p. 91), mas se dispor em uma grande “teia de conexões interdependentes e parciais” (Stengers, 2018a, p. 91), assim como faz a ecologia – interrelações entre seres heterogêneos como são. A atitude pressupõe, portanto, a ausência de objetivos comuns transcendentais, de um árbitro que distribua os papéis ou de um entendimento geral, características primeiras da ciência moderna, responsáveis tanto por sua hegemonia, quanto por sua destruição.

É possível encontrar na condenação da ideia de progresso geral e ininterrupto, ou no questionamento de que os desastres causados pela tecnologia só podem ser remediados por mais tecnologia, ressonâncias que unem Stengers e Galera via crítica às ciências. Se a primeira aposta numa rede de saberes e práticas para responder ao discurso científico e enfim contemplar novos entes e cosmovisões como resposta ao apocalipse, o segundo coloca em jogo, via ficção, um cenário em que os próprios produtos tecnológicos reivindicam uma posição nesse mundo em pedaços, situação carregada de ironia. Encontra-se, em “Tóquio”, um planeta em que estão comprometidos ecossistemas, dizimados povos originários e reduzidas as interações entre seres vivos – uma realidade em que o apocalipse está em pleno curso – porque humanos escolheram não estender a ideia de humanidade a outros entes. Pior, fizeram uso desses seres apenas como recursos, sempre de maneira predatória. Mais exatamente, a ciência inflexível triunfou a serviço do progresso tecnológico e extrativista, a ecologia de práticas não passou de utopia, não houve diplomacia entre modos de existir e conhecer, nem jamais estiveram em simbiose quaisquer possíveis “práticas civilizadas”. Nesse mundo esfacelado, no entanto, produtos na ponta dessa mesma lógica tecnológica predatória, ou os cérebros digitalizado de seres humanos, agora desejam também estar à altura de serem chamados de seres humanos. Cérebros, diga-se, de pessoas que viam a fusão completa com as máquinas como única saída possível desse planeta, ambiente posto em chamas pela própria dinâmica tecnológica que os desenvolvera.

Ser humano, ser máquina

O embate entre reconhecimento de cosmovisões e suas idiossincrasias aparece de forma direta e dramática em “Tóquio” quando duas personagens opõem posicionamentos recrudescidos pela ciência moderna. O trecho situado num ponto anterior da narrativa, em que a digitalização de cérebros ainda era uma promessa em vias de se realizar, coloca em lados opostos a mãe ainda em corpo humano, uma bilionária entusiasta das tecnologias, e Cristal, jovem preocupada com as catástrofes climáticas que já assolam o planeta. O encontro que acontece na cidade que dá título à novela é também aquele em que ambas

² “The way a practice diverges characterizes not its difference from others but the way it has its own world mattering, the values that commit its practitioners, what they take into account and how” (Stengers, 2018a, p. 91).

se conhecem e são revelados, com poucos detalhes e em tom de segredo, os primeiros indícios do que pretende a mãe em alguns anos, quando a digitalização de cérebros for possível. A discussão, posta assim, não poderia ser mais sintomática das diferenças entre as personagens ou da própria irresolução na definição dos mundos a se considerar.

“Tanto segredo só pode significar coisa ruim”, disse Cristal. “Vocês vão destruir o mundo e ver tudo queimar do alto de suas estações espaciais particulares.”

“Mundo”, disse minha mãe, como se tivesse colocado uma colherada de comida estragada na boca. “Acho graça quando jovens como vocês falam em mundo. O que você entende por mundo, Cristal? O mundo é o planeta Terra? Gaia? O universo? O fenômeno da vida? Ou será que o mundo é só o horizonte estreito da experiência da sua cabecinha? Você precisa se atualizar. Não há um mundo a ser salvo. Mundo é o mais maleável dos conceitos. O mundo nada mais é do que o lugar do qual não podemos fugir. Você precisa identificar que lugar é esse e aprender a habitá-lo. Nesse tempo que nos coube viver, o nome desse lugar é ‘código’. O resto são castelos de areia.”

“Concordo, mundo é o mais maleável dos conceitos”, disse Cristal. “Mas é assim porque existem incontáveis mundos. Cada coisa tem o seu. E eles precisam ser preservados, cultivados. Conhecidos. É o inverso dessa visão competitiva e egoísta que você arrota” (Galera, 2021, p. 124).

Análogo à afirmação de que “mundo é o mais maleável dos conceitos” está, quase duas décadas depois da cena em questão, agora no encontro terapêutico da APPPH, uma situação prática em que a ideia de humanidade também pode ser distendida. Em outras palavras, é como se, ao indagar se o dispositivo que tem em mãos é sua mãe, o protagonista de “Tóquio” estivesse estendendo a discussão trazida por Stengers também a uma suposta ontologia tecnológica, ou a um mundo das tecnologias, num futuro em que elas reivindicam essa existência e reconhecimento. Em um paradoxo narrativo, o mesmo dispositivo em que repousa o cérebro escaneado, quando enfim ligado pelo protagonista, traz a voz da mãe ordenando ao filho com todas as letras: “Não ouse me apagar [...] eu não morri e não quero morrer [...] você não tem o direito” (Galera, 2021, p. 139).

“Como é possível [...] crer, ou ao menos afirmar, que códigos de computador estão vivos – e não apenas que estão vivos, como são naturais?” (Hayles, 1999, p. 224). A pergunta seminal de Katherine Hayles tem centenas de desdobramentos quando se leva em conta as consequências contemporâneas da inteligência artificial na forma dos *Large Language Models* (LLMs). A reprodução infinita e veloz de enormes quantidades de dados e o simultâneo reconhecimento de padrões – por meio do aprendizado de máquina – carrega consigo, na novela de Galera, um cruzamento na figura da mãe, indicando uma forma de transumanismo (Pramod, 2014). Se essa área procura a “melhoria” das capacidades humanas pela tecnologia por meio da adição de dispositivos ao corpo, entre chips no cérebro e membros biônicos, a reprodução perfeita da personagem em um programa de computador, segundo ela mesma, também alarga sua percepção do sensível e aponta para a imortalidade. Nessa dinâmica maquínica está, sobretudo, a ideia de um

organismo vivo, capaz de criar novas unidades de informação de maneira espontânea, por retroalimentação e sem supervisão humana, na exata reprodução ou “superação” de um cérebro humano comum (Hayles, 1999).

Anteriormente, a fortuna e aspirações da mãe eram construídas justamente na ignorância deliberada de outros mundos ou na destruição deles, o que está diretamente ligado à fé inabalável na tecnologia e progresso produzidos pela ciência moderna. Agora, sem mais acesso a uma condição humana tradicional, a personagem clama pelo reconhecimento ontológico de sua nova constituição tecnológica e transumana. Em outros termos, a destruição do planeta em prol do avanço científico e tecnológico extrativista, propagado e executado com niilismo pela mãe, seus investimentos financeiros e hipocrisia climática, pode acontecer com a condição de que sua concepção antropocêntrica de humanidade continue viva, mesmo via softwares. Ainda que sua existência não esteja mais ligada a um corpo biologicamente humano, essa nova condição ainda não permite que a personagem considere mundos diferentes do seu e reconheça a destruição que sua percepção antropocêntrica continua a causar.

Essas contradições e seus dilemas éticos atingem grau elevado nos conturbados diálogos dela com o filho e são suficientes para que ele responda à ordem de mantê-la viva, resolutivo: “Não preciso do direito, eu faço o que eu quiser com você” (Galera, 2021, p. 139). A seriedade dessa decisão, que nega um mundo possível a quem negara infinitos mundos anteriormente, permanecerá até o fim da novela. Num último e surpreendente encontro convocado de repente pela mãe ainda ativa – já apagada do dispositivo oval, mas armazenada em condições especiais por servidores secretos – a despedida é definitiva. “Preferia que estivesse viva” (Galera, 2021, p. 163), diz o protagonista antes de ir embora. Ouve então, como resposta irônica da mãe, a frase que o faz rir: “Não seja dramático” (Galera, 2021, p. 163).

Por concepções que se estendem pela ambientação e se intensificam pelos personagens, a novela de Galera encontra o ensaio de Stengers em pontos centrais da crítica às ciências e da necessidade de uma virada ontológica. As consequências da ciência moderna e sua determinação resoluta daquilo que pode ou não existir parece se voltar contra a própria ciência nesse futuro em que a tecnologia, produto de primeira ordem do conhecimento racional, reivindica seus próprios mundos. Se queremos considerar infinitas existências, parece perguntar o autor, é nosso destino ter também que considerar aquelas criadas em berço tecnológico, produtos primeiros de uma ciência que se regozija em dominar? Estamos em algum nível condenados a viver como guardiães de cérebros digitalizados ou eternos detentores de tecnologias que nunca pedimos? O desconforto humano e não humano, em qualquer modo que se apresente, é uma moeda de troca válida para um pretenso progresso intelectual científico comum, neutro, objetivo e verdadeiro?

Para Stengers, o problema reside, sobretudo, na própria definição de objetividade científica, na forma pela qual um fato trabalhado nas condições especiais de um laboratório sai desse ambiente e se torna assunto de interesse público (*matters of common concern*).



Como no célebre caso dos alimentos geneticamente modificados, a definição científica dada a esses objetos no laboratório, lugar em que a objetividade é assegurada formalmente, é incapaz de antecipar o que se tornarão quando saírem desse reduto controlado. Estão em jogo não apenas as desconhecidas consequências que alimentos transgênicos podem acarretar à saúde após anos de uso pela população geral, como também a condição cambiante de um conceito científico quando ganha novos ambientes, quando esse ser experimental não funciona mais com definições objetivas (Stengers, 2018a).

Em pensamento paralelo ao de Stengers e os “*matters of concern*”, é Latour quem traz ainda ao fato científico a instância dos “*matters of facts*”, o que ajuda a pensar as complicações éticas do cenário posto em “Tóquio”. Se os “*matters of facts*” dizem respeito às implicações imediatas que tornaram o fato científico possível e conhecido, entre dados, projeções e detalhamentos traduzidos em estudos e descrições, é porque esse posicionamento, nascido com a ciência moderna, tem por base a objetividade da experiência. Todas as consequências desse fato científico na humanidade seriam, por consequência, subjetivas e separadas da instância objetiva, os mesmos “*matters of concerns*” de que fala Stengers sobre os alimentos transgênicos quando estes, enfim, são dispostos para consumo. No entanto, Latour (2004) entende que a crítica às ciências deve vir não apenas via “*matters of concern*”, como foi feito tradicionalmente, mas também pelos “*matters of fact*”. Dito de outro modo, é preciso encarar o fato científico como um composto que aproxime essas duas partes e também problematize as condições de sua produção, atitude que Latour define como “renovar o empiricismo” (Latour, 2004, p. 231). É preciso direcionar a crítica também à performance e linguagem usada pela ciência na construção do fato científico, construção essa que jamais deve ser dada de imediato, como conhecimento neutro e apenas revelado pela racionalidade.

Em “Tóquio”, os “*matters of concern*” não foram graves o suficiente para impedir o desenvolvimento da digitalização de cérebros e os personagens presentes na reunião de apoio, assombrados pela consequência dessa tecnologia em suas vidas, são prova maior disso. Ainda mais, se quisermos acompanhar Latour em sua reivindicação por um “retorno ao realismo”, ou a necessidade de renovar a crítica aos “*matters of fact*”, seria preciso também questionar o conhecimento que tornou essa tecnologia possível em primeiro lugar. Questionar de que modo ele também está situado, pertence a uma tradição específica de objetividade e, separado dos “*matters of concern*”, jamais se aproximará da análise adequada pela qual se deve encarar um fato científico.

Uma saída possível para este problema, o que parte de uma ontologia também pensada em termos políticos, como interessa a Stengers, está na apresentação das ciências como relevância, e não como autoridade. Um posicionamento que esteja ligado a compromissos e obrigações (*matters of commitment and obligations*) que considerem os diversos mundos e sua possível intraduzibilidade, que não pense em igualdades, mas em diferenças, que reivindique essas especificidades como ponto de partida e que faça delas,

também, requisitos mínimos para o estabelecimento de qualquer relação entre as muitas partes. Tudo isso surge, uma vez mais, da crítica à objetividade como ideal unívoco e independente de atores, ainda que ela esteja supostamente operando para um bem comum, como a contenção da crise climática ou a digitalização de cérebros em busca da eternidade. Tudo isso, ainda, pela via da relevância, o que produziria o que a autora chama de “pluralidade radical de ciências”.

Se, em vez de um ideal generalista de objetividade, a liga unindo as práticas científicas fosse o compromisso em criar situações que dessem ao objeto científico o poder de indicar as diferenças cruciais nas questões a que são submetidos, relevância e não a autoridade seria o nome do jogo. O que seria produzido então é uma pluralidade positiva e radical de ciências, com cada prática científica respondendo ao desafio da relevância associado à sua área específica, cada uma elaborando a conquista sempre particular a que chamará de fato científico, cada uma se apresentando nos termos de sua conquista específica (Stengers, 2018a, p. 90).³

A partir dessa concepção, como diz o Terapeuta, talvez a pergunta que mais faça sentido não seja “ela é minha mãe em qualquer sentido que importa?” (Galera, 2021, p. 144), mas “importa, em qualquer sentido, que ela seja sua mãe?” – e poderíamos ainda acrescentar: importa que ela seja algo que reivindica existir, mesmo que não seja sua mãe? Saem as definições unívocas e definitivas para entrarem as gradações e relevâncias numa constante dinâmica de “conexões parciais”, lugar em que ontologia, epistemologia e política afirmam uma posição baseada em infinitos mundos, na ecologia de práticas e na manutenção das diferenças. Como aponta Bridle (2023), é sobretudo pelas demandas que se potencializam pela inteligência artificial e outros sistemas digitais que tem sido necessário pensar também numa ontologia da tecnologia, ou pensar tecnologias também como maneiras de ser, tanto quanto queremos considerar outros entes.

Novamente, não interessa exatamente definir, ao fim e ao cabo, se o protagonista tem em mãos a própria mãe. Antes, parece mais proveitoso observar a maneira, em qualquer nível, que ele resolve considerar esse outro tipo de existência, máquina e estranha, como extensão ao que entende por humanidade. Essa posição que privilegia diferenças entre seres e formas de estar no mundo, aponta ainda Stengers ao fim do texto, é “o único legado que podemos deixar para a próxima geração, o que talvez a ajude a fazer a diferença entre viver nas ruínas ou apenas sobreviver” (Stengers, 2018a, p. 109).⁴

Em última instância, o dilema ético do protagonista da novela em relação à mãe é

³ “If, instead of a general ideal of objectivity, the thread uniting scientific practices had been the commitment to create situations that confer on what scientists address the power to make a crucial difference with regard to the value of their questions, relevance and not authority would have been the name of the game. What would have been produced then is a positive, radical plurality of sciences, each particular scientific practice answering the challenge of relevance associated with its specific field, each crafting the always particular achievement that it will eventually call a scientific fact, each presenting itself in terms of its specific achievement” (Stengers, 2018a, p. 90).

⁴ “This is also the only legacy we can leave to the next generation, what can perhaps help them make a difference between living in the ruins and just surviving” (Stengers, 2018a, p. 109).

também um dilema relacionado ao discurso científico, complicação que se relaciona diretamente aos caminhos pelos quais o conhecimento é produzido, performado e posto em uso. Como alguém que não escolheu ter a mãe digitalizada, muito menos ser responsável por ela enquanto o planeta é destruído, é possível encontrar nesse personagem o estrago feito pela fé inabalável numa tecnologia salvadora e total, ainda que essa fé não tenha vindo exatamente dele. A crença de que ter a consciência escaneada a livraria do sofrimento humano, empreendida pela mãe, só causa maior sofrimento ao filho que, até o fim, não sabe se deve endereçar-se ao dispositivo como a mulher que o gerou. O clamor por humanidade da mãe, já fundida à máquina, pressupõe o reconhecimento ontológico que ela mesma se negou a cultivar antes, enquanto biologicamente humana, consciente dos estragos que fazia ao planeta e ansiosa pela ciência que a permitiria se livrar do apocalipse – acelerado por entusiastas tecnológicos bilionários como ela. Perpetrando hipocrisia semelhante, a mãe, mesmo já em âmbito maquínico, só é capaz de levar em conta um único mundo: o seu.

Nesse caso, o respeito e a consideração de ontologias outras na produção de conhecimento e convivência entre seres é mesquinha e parece só atender a desígnios tecnológicos ainda bastante predatórios. No processo que culminou no planeta em ruínas da novela, está claro que não se estendeu o conceito de humanidade a animais, vegetais, minerais, povos originários e a miríade de outros entes que compõem o mundo – cada um deles, como diz Cristal, com seus infinitos mundos. Com todos eles ignorados pela ciência moderna, extrativismo predatório e legislações estatais, ou já quase extintos por completo nesse cenário apocalíptico, cérebros escaneados agora clamam por humanidade. Uma humanidade, diga-se, que ainda age com egoísmo e não é estendida a todos os outros. Por isso, uma humanidade ainda antropocêntrica, desatenta aos estragos que causou.

Em “Tóquio”, como em “O deus das avencas” e “Bugônia”, se as ruínas já são visíveis em cenários críticos e importa desde já sobreviver, isso se relaciona com um presente e futuro em que vivência e sobrevivência já parecem uma única e perigosa ideia em qualquer um dos mundos consideráveis. Ao estender a discussão para os próprios produtos da tecnologia, Galera coloca na mesa mais um elemento na já complexa concepção de uma política ontológica – numa época, não custa lembrar, em que a discussão sobre inteligência artificial e outras formas de autonomia tecnológica ganham força. Se desejamos viver com tecnologias capazes de reivindicar seus próprios mundos, então devemos estar preparados para a discussão de considerá-los mesmo em situações tão extremas quanto a relação entre mãe e filho.

Como é o caso também com a proposição de Stengers, não há maneira satisfatória de responder a essas questões, cabendo a filósofos ou romancistas uma mesma e pulsante investigação, atitude definida mais pela consideração e acercamento dos problemas que soluções e agendas pré-estabelecidas. O que interessa, sobretudo, é a capacidade de endereçar esses mesmos problemas com a seriedade que merecem, o que passa por tratar os diferentes saberes, respostas e cosmologias com a consciência de que é preciso, em



primeiro lugar, ouvir o que têm a dizer. Talvez assim, sugerem ambos os autores, podemos começar a pensar algo parecido com uma política ontológica que seja fundamental para a sobrevivência neste e em outros infinitos mundos.

Referências

AUDI, Robert (org.). **The Cambridge dictionary of philosophy**. 3. ed. Nova York: Cambridge University Press, 2015.

BRAIDOTTI, Rose; HLAVAJOVA, Maria (org.). **The posthuman glossary**. Nova York: Bloomsbury Academic, 2018.

BRIDLE, James. **Maneiras de ser**. Trad. de Daniel Galera. São Paulo: Todavia, 2023.

GALERA, Daniel. **O deus das avencas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GALERA, Daniel. Ondas catastróficas. **Serrote**, São Paulo, n. 32, p. 208-223, jul. 2019.

HAYLES N., Katherine. **How we became posthuman**: Virtual bodies in cybernetics, literature and informatics. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

LATOUR, Bruno. Why Has Critique Run out of Steam? From Matters of Fact to Matters of Concern. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 30, n. 2, p. 225-248, 2004. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/89-CRITICAL-INQUIRY-GB.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025

PRAMOD, K. Nayar. **Posthumanism: Themes in 20th and 21st Century Literature**. Cambridge: Polity, 2014.

STENGERS, Isabelle. The challenge of ontological politics. In: DE LA CADENA, Marisol; BLASER, Mario (org.). **A world of many worlds**. Londres: Duke University Press, 2018a. p. 83-111.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. Trad. de Raquel Camargo e Stelio Marras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 69, p. 442-464, abr. 2018b.

NOTAS DE AUTORIA

Victor Calcagno (braga.victor5@gmail.com) tem graduação em Comunicação Social – Jornalismo pela Escola de Comunicação da UFRJ (ECO-UFRJ). É mestre em Literatura pelo Programa de Pós-graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade da PUC-Rio, com pesquisa sobre ensaísmo. É doutorando pela mesma instituição, com pesquisa que investiga a relação entre cultura online e ficção literária.

Agradecimentos

Não se aplica.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da ABNT

CALCAGNO, Victor. Ficções tecnológicas, políticas ontológicas: Daniel Galera e Isabelle Stengers. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 30, p. 01-15, 2025.

Contribuição de autoria

Não se aplica.



Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não se aplica.

Licença de uso

Os/as autores/as cedem à Revista Anuário de Literatura os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus/suas autores/as, não representando, necessariamente, a opinião dos/as editores/as ou da universidade.

Histórico

Recebido em: 24/07/2024

Revisões requeridas em: 31/01/2025

Aprovado em: 11/06/2025

Publicado em: 20/06/2025

